



Exma. Senhora
Dra. Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

S/REF: S/COM: N/REF: Lisboa 17.01.2020
Pº. 5124/92(5)
Nº. 242/CG

Ass: Pergunta N.º 568/XIV/1.ª, de 19 de dezembro – Redução de efetivos nas Forças Armadas
Ref: V/Ofício nº 3179, de 19 de dezembro de 2019

Cama Catarina,

Em cumprimento do disposto na alínea d) do artigo 156º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República, e em resposta às perguntas formuladas pelos Senhores Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, relativamente à redução de efetivos nas Forças Armadas, encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional de informar o seguinte:

As considerações ali feitas acerca da redução do número de efetivos são inexatas, uma vez que não têm em consideração os sucessivos desenvolvimentos ocorridos no serviço militar. Em 2004, entra plenamente em vigor o modelo de voluntariado em que hoje assenta e em 2013 a diretiva ministerial Defesa 2020, que estabeleceu o efetivo das Forças Armadas num intervalo entre 30 e 32 mil efetivos, incluindo a reserva na efetividade de serviço, reduzindo em 30% o dispositivo territorial das Forças Armadas, para ficar em linha com a redução de pessoal. Desta forma, comparar o efetivo atual com datas anteriores a 2013 conduz a conclusões precipitadas.

De salientar que em 2015, quando é feito um balanço desta medida, o efetivo militar já se encontrava abaixo dos 30 mil militares, antecipando a meta desenhada para 2020. Entre 2011 e 2015 verificou-se uma redução global de 23,3%, redução essa que se tem procurado

estancar nos últimos anos. Atualmente, compreende-se que esta redução abrupta provocou um desequilíbrio no sistema com consequências que requerem medidas estruturais.

Que medidas concretas foram implementadas pelo Governo para evitar a redução dos efetivos das Forças Armadas Portuguesas?

O Ministério da Defesa Nacional tem trabalhado ativamente na análise, desenvolvimento sustentado e concertado de medidas estruturais, bem como na sua implementação. O estudo de Caracterização Sociodemográfica e de Satisfação Organizacional dos Militares do Regime de Voluntariado e de Contrato dos três Ramos das Forças Armadas, um instrumento de diagnóstico importante, e a conceção de um Plano para a Profissionalização do Serviço Militar, são exemplificativos do processo de maturação de uma política pública coerente.

Face ao exposto, cumpre destacar as seguintes medidas:

- Abolição, nas Leis dos Orçamentos de Estado, da norma de “proibição de graduações” de militares durante os 4 primeiros meses de formação;
- A revisão do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar, que reforçou os mecanismos associados à formação profissional, em linha com o Sistema Nacional de Qualificações, e alargou os instrumentos de apoio à reinserção profissional;
- Efetuou-se uma alteração da posição remuneratória de ingresso na categoria de Praças. Passou do 3º nível remuneratório, no posto de 2º grumete ou soldado, para o 4º nível remuneratório (635,07€).
- A revisão do Regime de Contrato Especial com possibilidade de ser alargado a áreas funcionais, de elevada exigência formativa ou complexidade, que justifiquem períodos de prestação de serviço mais alargados. Cabe agora aos ramos propor as áreas em que se justifica esta medida de gestão;
- Assinatura do Acordo de Cooperação Interministerial nas Áreas de Educação e Formação no âmbito da Defesa Nacional, assinado por representantes do Ministério da Defesa Nacional, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Ministério da Educação;

- Aprovação do Plano Sectorial da Defesa Nacional para a Igualdade, que procura promover a conciliação entre trabalho e família e a igualdade nas responsabilidades; garantir e monitorizar a aplicação, nas instituições da Defesa, do Plano Nacional de Ação para a implementação da resolução CSNU1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança; e criar mecanismos de apoio às famílias dos militares;
- Lançamento do Portal de Recrutamento que sintetiza, numa única plataforma, toda a informação relacionada com a profissão militar e com o ingresso;
- O aumento das admissões autorizadas face a 2018;
- Criação de um projeto-piloto de melhoria das condições de alojamento e de apoio ao estudo de três unidades militares;
- Criação, na estrutura orgânica do atual governo, de uma Secretaria de Estado específica para a temática dos Recursos Humanos, um sinal claro da sua importância.

Que avaliação faz o Governo dos resultados da aplicação concreta dessas medidas tendo em conta que o número de saídas das Forças Armadas continua a aumentar?

A aplicação da Diretiva 2020, desenhada em 2012 e que entrou em vigor em 2013, introduziu desequilíbrios estruturais, como referido anteriormente. Têm sido tomadas medidas para devolver coerência e equilíbrio ao modelo, procurando uma reversão baseada em medidas estruturais, cujos resultados vão-se fazer sentir de forma gradual. A título de exemplo, em 2019, registou-se um aumento de candidaturas face ao ano anterior, sobretudo no Exército. As saídas por desistência ou não renovação registadas em 2019 apontam para uma redução face a 2018.

Porém, importa ter presente que o valor de saídas, por si só, não atesta a eficácia do modelo, visto que o modelo da profissionalização assenta em entradas e saídas, isto é, a permanência nas Forças Armadas tem uma temporalidade definida, sendo por isso influenciado pelo número de incorporações. Desta forma, importa interpretar com rigor o número de saídas, uma vez que resultam da caducidade do tempo de contrato e da aplicação do regulamento de incentivos. As saídas por não renovação do contrato ou por desistência



diminuíram, no entanto, o Ministério da Defesa Nacional continua a acompanhar atentamente estas variações.

Que medidas concretas prevê o Governo apresentar para alterar esta tendência de redução de efetivos e garantir o equilíbrio nas Forças Armadas?

Como decorre do Programa do Governo, o Ministério da Defesa Nacional prosseguirá a implementação do Plano para a Profissionalização do Serviço Militar e do Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade 2019-2021. Aprofundará os mecanismos de apoio às famílias dos militares, de acordo com as melhores práticas internacionais, com o objetivo de promover a conciliação do trabalho com a vida pessoal, especialmente orientado para o acompanhamento integrado das famílias nas situações de mobilidade internacional dos militares e prosseguirá o processo de adequação dos mecanismos de recrutamento e retenção às necessidades dos efetivos militares para as Forças Armadas, através da organização apropriada do dispositivo das Forças Armadas e de novos mecanismos de gestão de carreiras. A este respeito, são de destacar de destacar algumas medidas, tais como:

- A revisão dos requisitos de classificação e seleção, tendo em vista a sua atualização para os padrões de hoje (sem descurar as exigências da profissão militar);
- A agilização dos processos associados ao recrutamento militar;
- A conceção de uma estratégia de comunicação para o Serviço Militar;
- O desenvolvimento um plano de medidas de aculturação e acompanhamento da formação inicial;
- Implementar a figura do gestor de carreira;
- Potenciar os serviços de apoio à transição.

Com os melhores cumprimentos, 

O CHEFE DO GABINETE


(PAULO LOURENÇO)